

Edital de construção do Hospital Estadual deve sair até junho deste ano

Atenderá cerca de 4,6 milhões de moradores em média e alta complexidades médicas

Por Raquel Valli

O edital de construção do Hospital Estadual de Campinas deve ser publicado neste primeiro semestre de 2026. A estimativa é do Governo de São Paulo, que anunciou na quarta-feira (8) o início do processo licitatório. A unidade receberá investimento total de R\$ 530 milhões do Palácio dos Bandeirantes, e a estimativa é que a construção fique pronta em até 24 meses após o início das obras (cuja data ainda não foi definida).

O empreendimento será erguido em um terreno de 34.824,83 m² (cerca de 3,5 hectares) no entorno da Avenida Prefeito Faria Lima e da Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, no Parque Itália, nas proximidades do Complexo Hospitalar Dr. Mário Gatti, área que foi formalmente cedida pela Prefeitura de Campinas ao governo paulista para viabilizar o projeto. O projeto de lei, aprovado pela Câmara em novembro passado, é de autoria do prefeito Dário Saadi (Republicanos), que defendeu a urgência da proposta.

O principal objetivo é que a nova unidade absorva parte da demanda regional que afoga o Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, que atende pacientes de outras cidades e opera sobrecarregado, apresentando episódios de superlotação (leia mais abaixo). O intuito é que a nova



Governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) anunciou a autorização para licitação

unidade hospitalar faça atendimentos de média e alta complexidades médicas, abrangendo especialidades como oncologia, cardiologia, ortopedia, neurocirurgia, urologia, cirurgia vascular, cirurgia plástica e psiquiatria.

Infraestrutura

O projeto estrutural prevê a instalação de 262 leitos gerais de internação e outros 50 leitos destinados à Unidade de Terapia Intensiva (UTI), para absorver a demanda da região.

Além das internações, o com-

plexo contará com um centro cirúrgico equipado com oito salas de grande porte e 24 leitos de recuperação pós-anestésica.

A infraestrutura também inclui uma unidade de radioterapia e quimioterapia, 20 leitos exclusivos para o serviço de hemodiálise e um pronto-socorro com 24 leitos de observação, além de estrutura completa para o atendimento ambulatorial.

Demanda

O hospital deve atender diretamente cerca de 4,6 milhões de

moradores de 42 cidades da região de Campinas.

Superlotação

O Hospital de Clínicas (HC) é um hospital-escola que, teoricamente, por natureza, deveria focar no atendimento a casos de altíssima complexidade, tais como: transplantes e procedimentos neurocirúrgicos raros, além de ensino e pesquisa, obviamente.

Entretanto, a falta crônica de leitos e de serviços de média e alta complexidades nas cidades da região faz com que o HC aca-

be tendo que absorver casos que deveriam ser atendidos em hospitais regionais. Por isso, pacientes que necessitam de cirurgias eletivas, por exemplo, lotam a Unidade de Emergência Referenciada (UER), e a superlotação o impede de tratar com mais agilidade o que deveria ser a demanda principal: casos de urgência e emergência gravíssimos. Além de filas de espera, o congestionamento do sistema gera a suspensão temporária de novos pacientes.

No mês passado, por exemplo, o hospital enfrentou superlotação de 394% e restrições de atendimento na Unidade de Emergência Referenciada adulto.

A superintendência hospitalar relatou que esse índice causava sobrecarga na estrutura física nos equipamentos, nos recursos humanos e nos materiais da instituição. Por isso, a administração estabeleceu medidas de restrição no atendimento para priorizar os casos de maior gravidade e complexidade, e a regulação teve que redirecionar pacientes para outras unidades da rede estadual, para garantir a continuidade e a segurança da assistência.

Os pacientes chegam ao HC por meio dos órgãos reguladores, como o Departamento Regional de Saúde (DRS-7), do Cross (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde), do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), dos Bombeiros e do Helicóptero Águia da PM.

PF queima 1,4t de droga pega em Viracopos

A Polícia Federal incinerou na quarta-feira (8) 1.423 quilos de drogas e substâncias ilícitas, que foram apreendidas em 171 ocorrências no Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas. Trata-se da primeira incineração do tipo realizada este ano. A ação ocorreu na cidade de Nova Odesa e integra o plano estratégico de repressão ao tráfico de drogas conduzido pela instituição.

O material inclui cocaína, maconha, haxixe e MDMA (metilenedioximetanfetamina, substância sintética que atua como estimulante do sistema nervoso central e possui propriedades alucinógenas; a droga é conhecida popularmente como ecstasy, quando em comprimidos, ou Michael Douglas, quando em cristais). Além disso, foram destruídos anabolizantes e medicamentos. Parte das substâncias foi apreendida pela Receita Federal

durante fiscalizações em encomendas postais. Outro montante é resultado de prisões em flagrante efetuadas pela própria Polícia Federal no aeroporto durante a inspeção de passageiros. Todas as apreensões geraram investigações policiais para identificar os responsáveis pelo transporte e pela propriedade dos materiais.

De acordo com a Polícia Federal, a destruição das substâncias seguiu protocolos de segurança física e normas de saúde. Os envolvidos utilizaram equipamentos de proteção individual e a atividade contou com o acompanhamento da Vigilância Sanitária. A Delegacia de PF em Campinas é a unidade responsável pelas investigações que culminaram nesta ação.

Histórico

Registra variações anuais no volume de drogas retiradas de

circulação. Em 2025, houve duas incinerações que somaram 4.948 quilos. Em 2024, três operações de queima que totalizaram 2.387 quilos. O ano de 2023 registrou uma incineração de 580 quilos em maio. No ano de 2022, foram realizadas três incinerações somando 706 quilos. Em 2021, duas operações resultaram na destruição de 272 quilos. No ano de 2020, uma única queima destruiu 476 quilos, enquanto em 2019 duas ações somaram 318 quilos incinerados.

A Polícia Federal ressalta que a quantidade de objetos apreendidos e incinerados em cada evento não possui correspondência obrigatória com o ano em que a apreensão foi efetuada. A logística de destruição depende do andamento dos processos e das autorizações para o descarte final dos materiais ilícitos guardados pela corporação.



Substâncias foram apreendidas em 171 ocorrências no terminal